



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Av. Joaquim Teotônio Segurado, 102 Norte, Cj. 01, Lts 01 e 02 - CEP 77006-002 - Palmas - TO - www.tce.to.gov.br

**PORTARIA Nº 55, DE 28 DE JANEIRO DE 2015.**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 131, incisos I e X, da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, e a Lei nº 349, inciso I e X, do Regimento Interno, na conformidade da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000,

**R E S O L V E:**

Art. 1º Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre do ano de 2014, na forma dos Anexos I, V, VI e VII, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Disponibilizar o relatório referido no inciso antecedente por meio eletrônico, no Diário Oficial do Estado, no Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado e na Internet do Tribunal de Contas do Estado, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º, do art. 55, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.**

Documento assinado eletronicamente por **JOSE WAGNER PRAXEDES, PRESIDENTE**, em 28/01/2015, às 10:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.to.gov.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0033816** e o código CRC **E2663BD9**.



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS JAN/2014 A DEZ/2014	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	73.162.895,82	0,00
Pessoal Ativo	73.162.895,82	-
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do Art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	689.309,67	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	689.309,67	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	72.473.586,15	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)	72.473.586,15	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	6.071.450.294,61
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL - TDP sobre a RCL (VI) = (IV/V)* 100	1,19%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 1,23%	74.678.838,62
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 1,17%	71.035.968,45
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 1,11%	67.393.098,27

**FONTE:** Secretaria da Fazenda - RCL / Contabilidade

Nota¹: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Nota²: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as contribuições patronais referente ao plano de saúde - PLANSÁUDE, por não estar abrangido pelo art. 18 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

José Wagner Praxedes  
Presidente

Ana Lize Pereira de Lima Lira  
Diretora de Orçamento, Administração e Finanças

Claudeci Bandeira Brito  
Diretor Geral de Controle Interno

Ângela Maria Dias da Luz  
Contador - CRC - TO-001188/O-1  
Coordenadora de Contabilidade



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
0240 - Recursos Próprios	31.334,56	0,00	31.334,56
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>31.334,56</b>	<b>0,00</b>	<b>31.334,56</b>
0100 - Recursos Ordinários	4.684.022,45	3.162.426,76	1.521.595,69
0225 - Convênio - Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT	141.069,00	0,00	141.069,00
0226 - Alienação de Bens	266.699,76	0,00	266.699,76
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>5.091.791,21</b>	<b>3.162.426,76</b>	<b>1.929.364,45</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>5.123.125,77</b>	<b>3.162.426,76</b>	<b>1.960.699,01</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>			

FONTE: Siafem

José Wagner Praxedes  
Presidente

Ana Lize Pereira Lima  
Diretora de Orçamento, Administração e Finanças

Claudeci Bandeira Brito  
Diretor Geral de Controle Interno

Ângela Maria Dias da Luz  
Contador - CRC - TO-001188/O-1  
Coordenadora de Contabilidade



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2014 A DEZEMBRO/2014

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

RS 1,00

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0240 - Recursos Próprios	0,00	0,00	0,00		31.334,56	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS ( I )</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>31.334,56</b>	<b>0,00</b>
0100 - Recursos Ordinários	7.183,63	3.155.243,13	0,00	914.213,95	1.521.595,69	0,00
0225 - Convênio - Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT				64.864,00	141.069,00	
0226 - Alienação de Bens				258.888,00	266.699,76	
4219 - Operações de Crédito Internas - Em Moeda				0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS ( II )</b>	<b>7.183,63</b>	<b>3.155.243,13</b>	<b>0,00</b>	<b>1.237.965,95</b>	<b>1.929.364,45</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>7.183,63</b>	<b>3.155.243,13</b>	<b>0,00</b>	<b>1.237.965,95</b>	<b>1.960.699,01</b>	<b>0,00</b>
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-

FONTE : Siafem

José Wagner Praxedes  
Presidente

Ana Lize Pereira de Lima Lira  
Diretora de Orçamento, Administração e Finanças

Claudeci Bandeira Brito  
Diretor Geral de Controle Interno

Ângela Maria Dias da Luz  
Contador - CRC - TO-001188/O-1  
Coordenadora de Contabilidade



ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JAN/2014 A DEZEMBRO/2014

LRF, art. 48 - Anexo 7			RS 1,00
<b>DESPESA COM PESSOAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Despesa Total com Pessoal - DTP	72.473.586,15	1,19%	
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	74.678.838,62	1,23%	
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	71.035.968,45	1,17%	
Limite Alerta (inciso II do § 1º, art. 59 da LRF)	67.393.098,27	1,11%	
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Dívida Consolidada Líquida	-	-	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Total das Garantias Concedidas	-	-	
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>	
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-	
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Internas e Externas	-	-	
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-	
<b>RESTOS A PAGAR</b>	<b>INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO</b>	<b>DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)</b>	
Valor Total	1.237.965,95	1.960.699,01	

FONTE: Secretaria da Fazenda - RCL / Contabilidade-Balancete/Coofi

José Wagner Praxedes  
Presidente

Ana Lize Pereira de Lima Lira  
Diretora de Orçamento, Administração e Finanças

Claudeci Bandeira Brito  
Diretor Geral de Controle Interno

Ângela Maria Dias da Luz  
Contador - CRC - TO-001188/O-1  
Coordenadora de Contabilidade